

UM NOVO HORIZONTE PARA A ELETROBRAS

Sou acionista minoritário da Eletrobras há décadas. Como profissional ligado à área de energia e conhecendo o potencial da Cia, julgava que estava fazendo um excelente negócio a médio prazo. Naturalmente, isto ainda está longe de se verificar mas vislumbro um momento de grande potencial de modificação, que poderá levar ao cumprimento mais adequado das suas funções energética e econômica.

O que mais chama a atenção ao longo de todos esses anos é que a estatal (na realidade tem sido muito mais estatal do que sociedade de economia mista) foi utilizada, por todos os governos, para atender interesses estratégicos ou considerados politicamente essenciais, sempre em detrimento dos interesses econômicos da empresa e de seus acionistas. E isso ocorreu em governos de todos os matizes políticos, do regime militar ao PT (em tese, diametralmente opostos), passando pelo período FHC.

No período militar, a Cia foi "presenteada" com o ônus da energia nuclear, considerado na época um objetivo estratégico. Angra e a Eletronuclear têm sido, ao longo dos anos, fonte de prejuízos bilionários para a Eletrobras.

No período Fernando Henrique Cardoso, a Eletrobras foi chamada a absorver as Cias Distribuidoras do Norte e do Nordeste, que apresentavam e continuam apresentando enormes prejuízos crônicos, igualmente em nome do interesse nacional. Há agora a perspectiva de privatização de tais Distribuidoras mas a situação econômica e financeira de algumas é de tal forma crítica que há dúvidas de que conseguirão ser transferidas para o capital privado. A privatização da CELG foi considerada um sucesso mas era, de longe, a Distribuidora em melhores condições.

E o Partido dos Trabalhadores conseguiu praticamente "enterrar" a Eletrobras, através da MP 579/12, posteriormente transformada na lei 12.783/13, com a finalidade de reduzir as tarifas de energia elétrica, transformando os contratos de concessão a vencer em meros contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas, e, ainda assim, com remuneração que mal cobre o custo desses serviços.

Além disso, as indenizações pagas pelos ativos reversíveis foram estabelecidas em valores muito inferiores aos valores históricos, gerando grandes prejuízos. No caso dos ativos do sistema de transmissão, não se reconheceu nenhum valor aos investimentos realizados anteriormente ao ano 2000. Posteriormente, tais absurdos foram corrigidos pois inviabilizariam totalmente a Eletrobras.

Além das medidas desastrosas para a empresa citadas, outras práticas onerosas repetiram-se ao longo de todo o período analisado como indicações políticas, caras e despreparadas e empreguismo.

Parece-me que há, atualmente, plena consciência de que esse status quo da gestão em empresas públicas não pode perdurar, além do fato de que a Eletrobras não tem mais

condições de sobreviver sem gerar internamente as condições para a sua própria sobrevivência.

Não há alternativa senão reduzir seu endividamento, melhorar a sua governança e focar a sua atuação em empreendimentos que lhe garantam sustentabilidade econômica, energética e social. Isto significa selecionar empreendimentos fundamentais e se desfazer de alguns outros que não estejam em linha com as suas prioridades, embora possam ser bastante atraentes para diversos grupos privados. É isto claramente o que a atual administração da empresa, os analistas da área energética e as autoridades públicas mais esclarecidas percebem. É chegado o momento.

Roberto de Moura Campos

Acionista minoritário